

## ENSAIO SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO ENSINO JURÍDICO

Júlio Cezar Bittencourt Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente ensaio busca apontar alguns dos desafios a serem enfrentados pelos docentes do curso de Direito na atual quadra da história, representados pela revolução digital e pela mudança geracional. Para além dos desafios, são apontados, igualmente, fatores que contribuem para a degradação do ensino jurídico, quais sejam, a sua massificação, a sua padronização e a precarização das condições de trabalho docente, o ensino jurídico semipresencial e, ainda, o mercado de concursos públicos. Diante do quadro apontado, conquanto este não seja dos mais animadores, tem-se que os desafios advindos da revolução digital e da mudança geracional representam obstáculos cuja transposição perpassa pela formação de profissionais com perfil crítico e transformador da realidade, o que demanda docentes do curso de direito preocupados com a superação do saber jurídico meramente tecnicista e dogmático.

**Palavras-chave:** Ensino jurídico; Mercantilização do ensino; Condições de trabalho docente.

**ABSTRACT:** The present essay seeks to point out some of the challenges to be faced by professors of the Law course in the current period of history, represented by the digital revolution and the generational change. In addition to the challenges, some factors that contribute to the degradation of legal education are also pointed out, namely, its massification, its standardization and the precariousness of teaching work conditions, semi-presential legal education and, still, the market of public tenders. Although this Picture is not one of the most encouraging, it is clear that the challenges arising from the digital revolution and generational change represent obstacles whose transposition permeates the training of professionals with a critical and life-changing profile, which demands professors of law concerned with overcoming of the merely technical and dogmatic legal knowledge.

**Keywords:** Legal education; Mercantilization of teaching; Professors working conditions.

### 1. Introdução

O ensino jurídico brasileiro passa por turbulências, e não é de hoje que isso ocorre.

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário UNIOPET. Advogado. juliodeja@gmail.com

De fato, a crise no ensino jurídico brasileiro é denunciada há, pelo menos, 35 anos. Com efeito, Álvaro de Melo Filho em 1984, já afirmava a urgência de novos métodos e técnicas mais modernas de ensino aprendizagem, dado que “o acomodamento a velhas técnicas de ensino, sem a busca de modernos métodos de transmissão do conhecimento, motiva, pelo menos, estagnação, o que, comparado à dinâmica da própria vida moderna, equivale a declínio deterioração”<sup>2</sup>.

No entanto, essa crise, nos dias de hoje, vem acompanhada de elementos um tanto quanto perturbadores, os quais serão analisados, ainda que sumariamente, na sequência: a) massificação do ensino jurídico; b) padronização do ensino jurídico e precarização das condições de trabalho docente; c) ensino jurídico semipresencial; d) o mercado de concursos públicos.

Adiante, analisar-se-ão, pela ordem, os elementos acima apontados, para, após isso, traçarem-se algumas balizas orientadoras da atuação do docente de Direito, que podem contribuir para fazer frente a essas questões.

## **2. Massificação do ensino jurídico**

Nos anos 1990 houve um incremento significativo da oferta de cursos jurídicos no país. Movimento este que perdurou até os primeiros anos da década de 2000.

Sendo assim, no princípio dos anos 1990, existiam 200 (duzentos) cursos jurídicos no Brasil, número este que experimentou vigoroso aumento<sup>3</sup>, passando, na atualidade, para quase 1.800 cursos<sup>4</sup>.

O aumento na oferta de cursos decorreu, especialmente, do incremento de instituições privadas de ensino superior.

Dados do portal *e-mec*, dão conta de que, atualmente, são ofertados 1.767 (mil setecentos e sessenta e sete) cursos de Direito, dos quais, 156 (cento e cinquenta e seis) o são em instituições públicas de ensino superior, enquanto

---

<sup>2</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Metodologia do ensino jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 2.

<sup>3</sup> Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/brasil-recordista-de-cursos-de-direito-no-mundo/>, acesso em 10 de dezembro de 2019.

<sup>4</sup> Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>, acesso em 10 de dezembro de 2019.

os 1.611 (mil seiscentos e onze) restantes são ofertados por instituições privadas<sup>5</sup>.

Tem-se, desta feita, que nos últimos 20 anos o Brasil experimentou uma grande massificação do ensino jurídico. A ponto de a Ordem dos Advogados do Brasil divulgar estudo onde denuncia que há mais estudantes de Direito no Brasil do que em todo o mundo<sup>6</sup>.

De outro giro, o aumento na oferta de vagas no curso de direito veio acompanhado da privatização do ensino, com o que o ensino jurídico sofreu progressiva mercantilização.

Em decorrência disso, e dada a inserção do ensino privado num mercado competitivo, naturalmente ocorreram movimentos de corte de custos na oferta do cursos, a fim de que, por um lado, as mensalidades fossem reduzidas, e, por outro, os lucros dos proprietários dos cursos fossem ampliados.

Para que tal corte de custos se fizesse possível, duas técnicas passaram a ser adotadas. Uma, a da padronização nacional do ensino, e outra, a do ensino jurídico semipresencial.

### **3. A padronização do ensino**

Existe um contexto de padronização nacional do ensino superior, em especial nas redes privadas de ensino superior, que tende a retirar competências do professor em sala de aula, a fim de promover-se corte de custos com mão de obra e *fidelização* dos clientes do ensino superior. Corte de custos porque se remunera um contingente menor de docentes; fidelização porque os conteúdos trabalhados na grade de uma rede de ensino, dificilmente, são totalmente compatíveis com o de outra.

Esse quadro torna-se ainda mais tormentoso quando transposto para o ensino jurídico.

Isso porque a padronização ignora as inúmeras disparidades e diferenças regionais existentes no Brasil, priorizando a formação de profissionais acríticos e desvinculados da realidade de suas respectivas sociedades.

---

<sup>5</sup> Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>, acesso em 10 de dezembro de 2019.

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.oab.org.br/noticia/20734/brasil-sozinho-tem-mais-faculdades-de-direito-que-todos-os-paises>, acesso em 10 de dezembro de 2019.

Nesse sentido, as redes privadas de ensino superior, criam grades curriculares nacionais, as quais têm por fito a oferta de cursos idênticos em cada uma de suas respectivas unidades espalhadas pelo país. Algo que, como frisado, busca a fidelização do estudante, com a redução da evasão e possibilidade de acompanhamento das aulas em qualquer das unidades<sup>7</sup>.

Para além disso, cria-se a figura do professor *conteudista*. Havendo, em essência, um quadro muito enxuto de professores *conteudistas*, que fica responsável pela elaboração de materiais de estudo, dos conteúdos programáticos, das avaliações e de trabalhos, e também pela correção destes últimos (incluindo orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso).

Estes professores, então, elaboram materiais que têm, obrigatoriamente, de ser seguidos em nível nacional. De modo que as atividades a cargo dos docentes *comuns* em sala de aula, limitam-se à preparação dos estudantes para as avaliações, não havendo que se falar em liberdade de cátedra para propor atividades distintas, ou mesmo, priorização de conteúdos que o docente encarregado julgue mais relevante.

Pode-se dizer que o papel do docente *comum* restringe-se a aplicar as atividades e conteúdos previstos na apostila elaborada pelos *conteudistas* e imposta pelas grades padronizadas: de fato, o que se tem são autênticas *apostilas* para estudo do Direito<sup>8</sup>, não mais havendo indicação de obras para leitura, ou algo desse gênero.

As atividades do docente encarregado de ministrar aulas não são apenas restringidas por essa padronização do ensino, mas também pela possibilidade de parcela das atividades dos cursos jurídicos serem aplicadas à distância.

#### **4. O ensino jurídico semipresencial**

---

<sup>7</sup> A Rede Estácio de educação, por exemplo, oferta grades idênticas para o curso de direito em todas as suas unidades espalhadas pelo Brasil. O mesmo se passa com a UNIP e a UNINOVE, que possuem presença mais maciça no Estado de São Paulo.

<sup>8</sup> A Rede Estácio anuncia, em seu *site* possuir material didático próprio, a pretexto de anunciar suas apostilas dos cursos. Disponível em <http://www.manualaluno.estacio.br/materialdidatico.asp>, acesso em 10 de dezembro de 2019.

Indo além, na tendência da precarização das condições do trabalho docente, o Ministério da Educação autorizava, por Portaria<sup>9</sup>, que até 20% das atividades relacionadas ao curso superior sejam feitas à distância. Sem a necessidade de haver professor ou aluno em sala de aula, ou mesmo de vinculação entre os conteúdos trabalhados à distância e aqueles em sala de aula. Confira-se a redação de referido normativo:

“PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004

Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.

§ 1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semi-presencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

(...)”<sup>10</sup>.

Seguindo a tendência, dos 20% (vinte por cento) da carga horária do curso inicialmente previstos como passíveis de serem cumpridos na modalidade à distância, o Ministério da Educação, em 2018, por meio da Portaria nº 1.428,

---

<sup>9</sup> Portaria 4.059/2004, do Ministério da Educação.

<sup>10</sup> Disponível em [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf), acesso em 10 de dezembro de 2019.

de 28 de dezembro de 2018, ampliou este limite para 40% (quarenta por cento) da carga horária do curso:

“Art. 3º O limite de 20% (vinte por cento) definido art. 2º poderá ser ampliado para até 40% (quarenta por cento) para cursos de graduação presencial, desde que também atendidos os seguintes requisitos:

I - a IES deve estar credenciada em ambas as modalidades, presencial e a distância, com Conceito Institucional - CI igual ou superior a 4 (quatro);

II - a IES deve possuir um curso de graduação na modalidade a distância, com Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro), que tenha a mesma denominação e grau de um dos cursos de graduação presencial reconhecidos e ofertados pela IES;

III - os cursos de graduação presencial que poderão utilizar os limites definidos no caput devem ser reconhecidos, com Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro); e

IV - A IES não pode estar submetida a processo de supervisão, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 315, de 4 de abril de 2018”<sup>11</sup>.

Com isso, as redes de ensino superior privado passaram a adotar portais de educação à distância, onde os estudantes devem cumprir atividades concernentes a até 40% da carga horária total do curso.

Na prática, tais atividades têm o condão de retirar o docente de sala de aula, reduzindo-se sua carga horária total e, conseqüentemente, seu salário.

Com efeito, a redução da carga horária dos docentes *comuns* é diretamente proporcional à quantidade de atividades à distância aplicadas. Com

---

<sup>11</sup> Disponível em [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251), acesso em 10 de dezembro de 2019.

o que se tem uma redução de até 2/5 da remuneração dos docentes, mormente daqueles que não se enquadrem como *conteudistas*.

Isso porque as aulas à distância ficam, em regra, sob responsabilidade desta categoria de professores *conteudistas*, e, bem assim, de tutores das atividades à distância.

Tem-se, assim, na verdade, uma autêntica casta de professores *conteudistas*, que possuem salários mais elevados e que podem ditar quais os conteúdos deverão ser aplicados em sala de aula. Mas que, por outro lado, estão sujeitos a uma carga descomunal de trabalho, que envolve orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso em nível nacional, elaboração de aulas à distância, elaboração de materiais, etc., e outra casta de professores *comuns*, que devem repetir as lições selecionadas pelos primeiros, limitando-se a aplicar os conteúdos e metodologias que são, por outros, selecionadas e impostas.

A padronização do ensino jurídico, desta feita, possui componentes que vão para além da sua massificação, indo de encontro, igualmente, ao corte de custos na atividade, com vistas ao incremento dos lucros e redução de mensalidades.

## **5. O mercado de concursos públicos**

Se o quadro já não fosse suficientemente preocupante, tem-se, ainda, que os clientes do curso de direito possuem um perfil, crescentemente, voltado ao interesse pelos concursos públicos.

A preparação para concursos públicos é um grande filão de mercado no ensino brasileiro e isso gera repercussões no ensino jurídico, até porque a preparação para o Exame de Ordem, guarda bastante similaridade com aquela.

Estes fatores desembocam na tendência de uma grande *manualização* do Direito, ou até uma completa simplificação dos conteúdos (haja vistas as *apostilas jurídicas* fornecidas por algumas redes de ensino), tornando tendência generalizada aquilo que o Ministro Luiz Edson Fachin denunciava em 2004, como sendo a “manualística pedestre que dos Códigos fez o ‘seu código’ do pensar por repetições, memorizações e mitologias simplificadoras, num tocante

pragmatismo rasteiro que vende parques saberes, a peso de ouro, a famintos de pão e trigo verdadeiros”<sup>12</sup>.

Proliferam, hoje, manuais *simplificados* ou *descomplicados* dos diversos ramos do Direito que, abandonando qualquer perspectiva crítica, propõem tão somente uma revisão básica dos conceitos legais e institutos jurídicos.

Tudo isso com a finalidade precípua de assegurar a aprovação no concurso ou na prova da Ordem, não havendo maiores preocupações com o que virá depois.

Numa palavra, cumpre questionar, qual a perspectiva de atuação profissional deste indivíduo que, mesmo, desprovido de uma visão crítica da sociedade e de suas instituições, eventualmente ocupará postos absolutamente relevantes dentro das estruturas do poder público?

É certo que o quadro não se esgota nesses pontos rapidamente expostos. Existem problemas tão ou mais graves do que estes. De fato, os itens expostos se constituem apenas na *ponta do iceberg*, mas que traduzem algumas das preocupações mais imediatas dos docentes de direito pelo Brasil, especialmente aqueles de instituições privadas.

## 6. Considerações finais

Por mais desalentador que o quadro da atividade docente se revele na atualidade, tem-se que a atividade docente nos dias atuais coloca os professores à frente de novos desafios.

Se, nos anos 1980, as críticas ao ensino dogmático e tecnicista possuíam lugar de destaque nos debates docentes, hoje, é de se ver que estas assumem posição ainda mais relevante.

Isso porque o perfil do público do curso de Direito, assim, como do ensino superior em geral, sofreu mudança bastante drástica, dada a saída dos bancos universitários dos integrantes da *Geração X*, que deram lugar aos

---

<sup>12</sup> FACHIN, Luiz Edson. Palestra do Professor Luiz Edson Fachin no VI Simpósio Nacional de Direito Constitucional. Curitiba, out/2004. Disponível em [http://www.unibrasil.com.br/revista\\_on\\_line/artigo%2022.pdf](http://www.unibrasil.com.br/revista_on_line/artigo%2022.pdf), acesso em 21/04/2016.



integrantes da *Geração Y*, e que, por sua vez, serão substituídos por aqueles da *Geração Z*<sup>13</sup>.

Aparentemente, o trato com a *Geração Y*, nos bancos universitários, foi uma fase de transição para os docentes. Isso porque no princípio da década de 2000 ainda principiavam os recursos tecnológicos nos cursos jurídicos. Sendo que, hoje, estes já se encontram muito mais disseminados.

Desta feita, foi possível verificar uma lenta e gradual mudança no perfil dos discentes nesse período: no início da década de 2000, eram raros os *notebooks* em sala de aula; nos dias de hoje, praticamente todo estudante tem à sua disposição um *smartphone* ou um *notebook* ou um *tablet*, onde pode tomar notas e fazer pesquisas em tempo real sobre os conteúdos trabalhados<sup>14</sup> — ou, também, encontrar distração fácil.

A principal diferença da *Geração Y* para a *Geração Z* concerne à familiaridade desta última com as inúmeras tecnologias: os da *Geração Z* são nativos na utilização de sistemas de informática. Com efeito, “a influência da tecnologia se faz tão presente que, enquanto nos anos 1960 afirmava-se que a diferença entre as gerações se dava, principalmente, pelos valores, hoje, arrisca-se dizer que essa diferença é atribuída, sobretudo, aos avanços tecnológicos”<sup>15</sup>.

No que concerne à *geração Y*, se sua entrada nos bancos escolares já causou mudanças no ensino superior, agora sua saída vem causando transformações gritantes no mercado de trabalho. Em especial por conta de seu perfil, assim traçado: “hedonistas, individualistas, ansiosos, capazes de lidar com tecnologia digital e com uma quantidade grande de informação. No campo profissional, são descritos como indivíduos que esperam ter o reconhecimento de seus pares e superiores, anseiam por rápida ascensão na carreira, além de

---

<sup>13</sup> Disponível em <https://economia.estadao.com.br/blogs/radar-do-emprego/geracao-z-ganha-espaco-e-desafia-o-rh/>, acesso em 10 de dezembro de 2019.

<sup>14</sup> Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil possuía, em 2019, 2 dispositivos digitais (*notebook*, *pc*, *smartphone*, *tablet*) por habitante. Disponível em [https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesti2019fgvciappt\\_2019.pdf](https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesti2019fgvciappt_2019.pdf), acesso em 10 de dezembro de 2019.

<sup>15</sup> ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em *geração Y* no Brasil?. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 19, n. 62, p. 551-558, Set. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302012000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000300010&lng=en&nrm=iso), acesso em 10 de dezembro de 2019.

desejarem ter autonomia e flexibilidade no trabalho. Também são vistos como menos leais às organizações do que seus antecessores”<sup>16</sup>.

Por outro lado, a Geração Z aparenta somar essas características a um perfil mais questionador e com vasto arsenal argumentativo para fundamentar suas questões<sup>17</sup>, até por conta da facilidade de acesso à informação.

Desta feita, é de se ver que, se os desafios para a docência voltada à Geração Y, já se revelavam bastante robustos, com a chegada aos bancos universitários da Geração Z, estes sofrerão avanço exponencial.

Sendo assim, como dito, embora o quadro para a docência superior em Direito não seja dos mais animadores, dados os problemas acima abordados, pode-se dizer que vivemos um momento propício à conjugação das novas tecnologias com um saber mais crítico, generalista e humanista. Com efeito, estas características são afeitas à Geração Z.

Por óbvio, os desafios que se colocam a essa premente renovação do ensino jurídico não se restringem aos temas acima expostos.

De toda maneira, embora os problemas sejam atuais, a demanda por soluções também o é. Com o que se delineia um vasto campo de atuação para o docente no ensino jurídico, o qual deve ser trabalhado com vistas a aprofundar o papel crítico e questionador das Faculdades de Direito, conjugando-se isso à busca por melhorias nas condições de trabalho docente, e ao aperfeiçoamento da aplicabilidade das novas tecnologias a um ensino jurídico comprometido com o progresso da sociedade.

Talvez, conscientes dos problemas e dos desafios vindouros, a docência jurídica possa desempenhar o papel que dela se espera, qual seja, o da superação do saber jurídico meramente tecnicista e dogmático, em direção de um direito mais humano, cidadão e justo, preocupado com o progresso da sociedade e das instituições.

## Referências bibliográficas

---

<sup>16</sup> LEMOS, Ana Heloísa da Costa. Juventude, gerações e trabalho: ampliando o debate. Organ. Soc., Salvador, v. 19, n. 63, p. 739-743, Dez. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302012000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000400010&lng=en&nrm=iso), acesso em 10 de dezembro de 2019.

<sup>17</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424439314\\_489517.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424439314_489517.html), acesso em 10 de dezembro de 2019.

SILVA, Júlio Cezar Bittencourt. Ensaio sobre os desafios contemporâneos do ensino jurídico. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

FACHIN, Luiz Edson. *Palestra do Professor Luiz Edson Fachin no VI Simpósio Nacional de Direito Constitucional*. Curitiba, out/2004. Disponível em [http://www.unibrasil.com.br/revista\\_on\\_line/artigo%2022.pdf](http://www.unibrasil.com.br/revista_on_line/artigo%2022.pdf), acesso em 21/04/2016.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa. Juventude, gerações e trabalho: ampliando o debate. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 19, n. 63, p. 739-743, Dez. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302012000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000400010&lng=en&nrm=iso), acesso em 10 de dezembro de 2019.

MELO FILHO, Álvaro. *Metodologia do ensino jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil?. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 19, n. 62, p. 551-558, Set. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302012000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000300010&lng=en&nrm=iso), acesso em 10 de dezembro de 2019.